
Reconhecer as comunidades portuguesas como espaços de cultura

Entrevista com Andrea Imaginario Bingre

Liliana Azevedo

Iscte, Instituto Universitário de Lisboa
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

OEm Conversations With 40

outubro de 2026

Andrea Imaginario Bingre é doutoranda em História na Universidade Autónoma de Lisboa, tendo escrito uma tese sobre a cultura portuguesa na Venezuela. Possui uma licenciatura em Artes e um mestrado em Literatura Comparada pela Universidade Central da Venezuela (UCV). É também soprano, tendo-se licenciado na Escola de Música Lino Gallardo, em Caracas. É ainda professora associada da Escola de Artes da UCV. Gravou vários álbuns musicais que exploram a interculturalidade luso-venezuelana e a relação entre a música e a poesia portuguesas.

Palavras-chave Venezuela; cultura portuguesa; associativismo; representações; música.

Title Recognising Portuguese communities as cultural spaces

Andrea Imaginario Bingre is a PhD candidate in History at the Autonomous University of Lisbon, where she is writing a dissertation on Portuguese culture in Venezuela. She holds a BA in Arts and an MA in Comparative Literature from the Central University of Venezuela (UCV). She is also a soprano and graduated from the Lino Gallardo School of Music in Caracas. In addition, she is an Associate Professor at the UCV School of Arts. She has recorded several musical albums exploring Portuguese-Venezuelan interculturality and the relationship between Portuguese music and poetry.

Keywords Venezuela; Portuguese culture; community associations; representations; music.

Divulgação pública autorizada

O Observatório da Emigração incentiva a divulgação de seu trabalho. É permitido copiar, descarregar ou imprimir este conteúdo para uso pessoal e profissional, bem como incluir excertos desta publicação em documentos, apresentações, blogues, sítios e materiais de ensino, desde que o Observatório da Emigração seja devidamente identificado como fonte.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte-iul.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Observatório da Emigração (à frente OEm) – Tens uma formação académica em Artes e Humanidades e uma experiência profissional como investigadora e docente, bem como cantora e compositora, com vários álbuns editados dos quais falaremos mais tarde. Gostaria de começar esta entrevista perguntando quando é que o tema das migrações surgiu no teu percurso profissional?

Andrea Imaginario Bingre (AIB) – Podemos dizer que foi quando iniciei a minha vida artística. Desde logo, iniciei um caminho de investigação. Eu queria dizer quem sou e a primeira coisa que atravessa a minha história é eu ser filha de imigrantes portugueses na Venezuela. Por esta via, através de elementos estéticos, começou o meu percurso de reflexão sobre a experiência migratória simbolizada na música. Isto por um lado. Por outro lado, enquanto professora universitária, o meu primeiro trabalho relacionado com a migração foi um trabalho para progredir na carreira: fiz um disco com musicalizações dos poemas de Fernando Pessoa, para o qual redigi uma “memória escrita”, um documento no qual também refletia sobre a experiência migratória. Mais tarde, quando me tornei migrante e vim de Caracas para Lisboa, aprofundi esta linha de investigação no âmbito do meu percurso científico. Durante o meu doutoramento em História na Universidade Autónoma de Lisboa, dediquei-me a aprofundar determinados elementos. Porquê? Porque, entre outras coisas e também por uma questão artística, mas sobretudo devido à minha experiência de vida na Venezuela, apercebi-me da falta de investigação sobre a cultura dos portugueses na Venezuela, os quais constituem uma comunidade muito grande. A partir daí, comecei a tentar preencher essa lacuna, fazer as perguntas necessárias e construir respostas para compreender essa ausência e apresentar uma explicação cultural muito mais abrangente do que a que tinha sido dada até então. Não é que não houvesse qualquer reflexão sobre o assunto, mas este surgia sempre como um aspeto secundário, nunca como tema de uma investigação específica. Eram aspetos que eram sempre abordados de forma colateral, com muitas suposições e generalizações. O doutoramento marcou o início sistemático de um percurso científico com antecedentes na “memória escrita” desse álbum discográfico.

OEm – Retomando o que acabaste de dizer e tentando completar a tua resposta, podes falar um pouco mais sobre a tua atividade docente em Caracas naquela altura?

AIB – Fui, e continuo a ser, professora na Escola de Artes da Universidade Central da Venezuela. Lecionei várias disciplinas, nomeadamente "Arte na História e Problemas da Cultura", "Ideias Estéticas Latino-Americanas" e "Técnicas de Investigação".

OEm – Estás a concluir um doutoramento em História na Universidade Autónoma de Lisboa, com uma tese sobre a história e a representação da cultura portuguesa na Venezuela entre 1958 e 1999. Podes começar por situar brevemente a história da migração portuguesa para a Venezuela: de que regiões de Portugal partiram essas pessoas migrantes, como se integraram e em que setores económicos trabalharam? Em suma, podes resumir esta história?

AIB – Em primeiro lugar, é importante salientar que a presença portuguesa na Venezuela é muito antiga. Embora o fenómeno migratório tenha ocorrido no século XX, a presença portuguesa no país data do século XVI. Os portugueses participaram na colonização do país ao serviço da Coroa espanhola e fundaram cidades como Guanare, no estado de Portuguesa, que deve o seu nome a uma lenda. No século XVI, uma mulher terá morrido afogada nas águas de um rio daquela região, que passou a ser conhecido como Rio Portuguesa. Desde o início do século XX que este estado é oficialmente designado Estado La Portuguesa. Os portugueses também participaram na fundação de outras cidades; por exemplo, Caracas foi fundada pelo espanhol Diego de Losada, que contava com portugueses na sua equipa. Portanto, a presença portuguesa no país é antiga, mas o grande fenómeno migratório começou no século XX, mais ou menos a partir de 1937, quando foi aprovada uma lei de imigração. Embora o Governo já tivesse apresentado um plano nacional que incorporava a imigração em 1936, a lei só foi aprovada no ano seguinte, em 1937, e foi a partir daí que os portugueses começaram a chegar. Inicialmente eram poucos, mas nos anos de 1950 começaram a ser muitos, e nos anos de 1960 foram ainda mais. Houve ainda uma terceira vaga migratória importante nos anos de 1970.

Porque é que a Venezuela adotou uma política de imigração? Porque, quando o ditador venezuelano Juan Vicente Gómez morreu em 1935, o país tinha uma população muito pequena, de apenas três milhões e meio de habitantes, para um território muito vasto. Precisavam de mão de obra para desenvolver os projetos de modernização existentes no país. Temos de nos lembrar que a exploração comercial do petróleo na Venezuela só começou no período da ditadura, tendo-se iniciado, a partir daí, um processo tímido de modernização. Nessa altura, começou a profissionalização do exército, a construção de vias de comunicação e outras medidas que orientaram o país para a modernização. Esse processo foi aprofundado nos governos posteriores. Foi Eleazar López Contreras quem implementou esta política de imigração, a qual teve um impacto cultural, educativo e na saúde, bem como noutras áreas que não tinham sido contempladas durante a ditadura. Como já referi, a ditadura investiu noutras áreas, como o exército ou as vias de comunicação, mas não investiu na educação. Isso só começou a acontecer com a abertura à democratização.

O governo de Eleazar López Contreras abriu um pouco o caminho rumo à democratização. A partir desse momento, os primeiros portugueses começaram a chegar em grande número ao país nos anos 1940, numa triangulação com Curaçau. Os portugueses da Madeira iam trabalhar para Curaçau, no setor petrolífero, e, quando os seus contratos terminavam, muitos optavam

por ir para a Venezuela, que fica muito próxima e pertence à mesma região consular. Nos anos cinquenta, a Venezuela sofreu um retrocesso democrático. Em 1948, ocorreu um golpe de Estado e foi estabelecido um governo provisório. Na década de 1950, Marcos Pérez Jiménez estabeleceu uma ditadura de facto. Nesse contexto, Pérez Jiménez desenvolveu uma política imigratória com uma característica: apenas permitia a entrada de europeus no país. Essa política imigratória tem uma componente racista, que é necessário referir, tendo-se tornado no período conhecido como “puertas abiertas”. Porquê? Porque não são feitas grandes exigências aos imigrantes, desde que estes sejam europeus, brancos, jovens e tenham boa saúde. Estes são os critérios estabelecidos pelo Governo. Nessa altura, a Europa estava a ser reconstruída, ou seja, a Segunda Guerra Mundial tinha acabado em 1945 e muitas pessoas de Espanha, em primeiro lugar, de Itália, em segundo lugar, e de Portugal, em terceiro lugar, começaram a vir para a Venezuela. Estes são os grandes grupos migratórios característicos desta fase. A maioria dos portugueses era madeirense, embora houvesse também um número expressivo de portugueses do continente. Em particular, das regiões de Aveiro, Braga e do Porto, no norte de Portugal. E uma presença muito residual de Lisboa.

O que estava a acontecer na Venezuela na década de 1960? A partir de 1958, período que estudo, assistiu-se ao estabelecimento de uma democracia que libertou muitas coisas. Antes de 1958, por exemplo, os estrangeiros não podiam pronunciar-se sobre nada relacionado com a política. A partir de 1958, esta situação mudou e, de facto, nesse ano, foi fundado o primeiro clube, que ainda hoje existe. Não se trata da primeira fundação; já haviam havido tentativas anteriores, mas o primeiro clube foi fundado em 1958, após o estabelecimento da democracia.

OEm – Podes clarificar, o primeiro clube de quê?

AIB – O primeiro clube social português que ainda existe foi criado em 1958: o Centro Português de Caracas. Assistimos, assim, ao início de uma nova etapa, com um ambiente estimulante de liberdades e estabilidade económica, apesar de não haver estabilidade política. De facto, havia grupos mais radicais que defendiam modelos de ultra-esquerda, em oposição à social-democracia que era defendida na Venezuela. Apesar de alguma instabilidade política, conseguiu-se manter a institucionalidade democrática.

A terceira grande vaga da imigração portuguesa ocorreu nos anos 1970. Porquê? Porque ocorreram dois fenómenos paralelos em Portugal e na Venezuela. Em Portugal, deu-se a Revolução de Abril, em 1974, e, na Venezuela, assistiu-se à nacionalização da indústria dos hidrocarbonetos, em 1975. Isto alterou por completo a forma de fazer política no país. Ou seja, o petróleo tem sido o fator determinante no desenvolvimento da Venezuela desde que começou a ser explorado no governo de Juan Vicente Gómez, na década de 1920, até aos dias de hoje. Nos últimos 100 anos, o petróleo tem estado no centro da vida venezuelana.

Os portugueses foram atraídos por esta circunstância e por um fator normalmente pouco mencionado: o facto de as gerações anteriores de portugueses já terem alcançado estabilidade, adquirido certo sucesso económico e consolidado instituições. Já tinham alguns clubes e escolas para ensinar a língua. A vida da comunidade portuguesa estava, digamos, em plena forma institucional. Isto deu origem à última vaga migratória até cerca de 1980 e ampliou a institucionalidade da comunidade portuguesa na Venezuela com a criação de mais clubes. Os clubes e as escolas já existentes foram fortalecidos. Esta situação trouxe outras características: não se tratava de uma migração tão pobre como a primeira; as pessoas tinham mais formação e algumas possibilidades de investimento, pelo menos para passar os primeiros tempos no país.

OEm – Um dos temas que abordas na tua investigação são os estereótipos sobre os portugueses. Referes que houve um tempo em que “chamar alguém de português era um insulto”. Podes explicar o que está na origem dos preconceitos sobre os portugueses e que representações da portugalidade se geraram nessa altura?

AIB – Esta imagem dos portugueses começou a formar-se por volta dos anos 1950. Estava relacionada com a grande pobreza dos primeiros migrantes, que, como se costuma dizer, vieram "com uma mão à frente e outra atrás". Esta primeira vaga enfrentou condições económicas muito difíceis e tinha também a característica de não ter um percurso educativo completo. Alguns eram analfabetos, outros não conseguiram concluir a escolaridade. Isso deveu-se também ao facto de terem migrado muito novos.

Os portugueses tinham a imagem de serem muito pobres, de trabalharem sem descanso e de serem um pouco rudes, pois falavam uma língua que mais parecia um espanhol rude e não tinham uma boa educação formal.

Foi assim que começaram a criar-se os estereótipos. A imprensa difundia-os para retratar o carácter trabalhador dos portugueses e o esforço que estavam a fazer, mas havia também uma leitura popular disso. Com o tempo, os portugueses colheram os frutos do seu trabalho e melhoraram a sua posição socioeconómica. Os filhos receberam educação. Os netos também estudaram e as gerações mais novas integraram-se no quadro profissional e até no político. Ainda assim, a imagem não mudou. O estereótipo continuou a perpetuar a ideia da primeira geração de portugueses. Essa imagem foi repetida nos meios de comunicação social, nomeadamente na televisão, na imprensa e na rádio, acabando por se fixar. Por exemplo, quando alguém conduzia mal, diziam “português!”. No entanto, naquela altura, muitos dos que chegaram à Venezuela nem sequer tinham carro em Portugal e aprenderam a conduzir lá. São fatores que contribuíram para a construção de um estereótipo. De facto, a primeira impressão que temos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas quando as conhecemos tende a perdurar por muito tempo. É necessário estarmos abertos, flexíveis e curiosos para conhecer o outro e desconstruir essas primeiras impressões. E esta primeira imagem ficou congelada no tempo. O que é certo é que

nunca negaram o carácter trabalhador do povo português, ou seja, o aspeto positivo é que sempre reconheceram o esforço, a disciplina e o trabalho, em particular dos migrantes portugueses. Esta é uma característica normalmente associada aos portugueses. Os estereótipos associados aos espanhóis e aos italianos são diferentes.

Um amigo meu, teólogo de grande reputação na Venezuela, costuma dizer que os portugueses trabalhavam “a lo Divino”, expressão espanhola que significa fazer do trabalho uma espécie de deus em torno do qual tudo gira. De facto, o trabalho é muito importante para os portugueses, ou pelo menos foi para as gerações anteriores. Também o é para os outros, só que eles eram mais visíveis. Muitos partiram com a promessa de um emprego que nunca foi cumprida e, quando não conseguiram emprego ou quando os contratos de trabalho terminaram, muitos portugueses dedicaram-se ao comércio alimentar: lojas de produtos alimentares, padarias e outros serviços semelhantes.

OEm – Queres dizer que eles abriram lojas? Foram empreendedores, ou seja, quando eles não tinham contratos de trabalho, criaram o seu próprio emprego, é isso?

AIB – Exatamente, eles começaram a criar o seu próprio emprego, abriram lojas. Muitos deles começaram por distribuir pão. Ou seja, no início, também foram empregados, por exemplo, iam de bicicleta vender pão ou leite porta a porta, ou tinham um camião de distribuição de produtos alimentares. A partir daí começaram a abrir lojas. E o que é que isso fez? Os portugueses tornaram-se mais visíveis porque tinham contacto direto com as necessidades de toda a população. Começaram a dominar as lojas de venda de alimentos, as padarias e o comércio a retalho em geral. Então, claro, tornaram-se a parte mais visível da imigração europeia, ou seja, eles tiveram mais exposição do que os outros. Estavam em setores estratégicos, onde eram vistos pelos venezuelanos. Os outros, talvez não. Os italianos trabalharam sobretudo na indústria da construção, os portugueses também, mas os italianos ainda mais. Os portugueses trabalharam sobretudo no comércio, por conseguinte, estiveram mais em contacto com os venezuelanos, tornando-se mais visíveis.

OEm – Deixa-me fazer uma pergunta de esclarecimento. Quando te referes ao período em que se estimulou a imigração europeia e vieram italianos, espanhóis e portugueses, estás a dizer que essa migração ocorreu em simultâneo? Chegaram à Venezuela nos mesmos anos?

AIB – Sim, chegaram na mesma altura.

OEm – E só para clarificar algo que disseste, nomeadamente em relação ao estereótipo e ao facto de este se ter fixado ao longo do tempo, gostaria de saber se este ainda perdura na atualidade?

AIB – Ainda perdura, mas com algumas diferenças, ou seja, houve mudanças, mas a ideia de um português rude ainda persiste. Já não é representado como alguém pobre, mas sim como alguém que ascendeu na escala socioeconómica. Por conseguinte, há agora a ideia de que todos os portugueses são ricos e têm dinheiro. É uma generalização que não faz justiça à realidade, porque não é bem assim. No entanto, é verdade que uma parte significativa dos portugueses alcançou um notório sucesso económico no país. Por exemplo, eles são os donos das principais cadeias de supermercados na Venezuela, como a Excelsior Gama, a Central Madeirense, os Automercados Plaza's e a Luvebras. É um facto conhecido que os portugueses são os proprietários de quaisquer supermercados que abrangem o território nacional, como se pode verificar pelos nomes dos próprios supermercados. Também têm bancos e cadeias de outros tipos de estabelecimentos comerciais, por exemplo, lojas de ferramentas e materiais de construção. Portanto, existe agora a ideia de que o português tem dinheiro, mas vive como um pobre porque é forreta. Predomina ainda a ideia de que os portugueses são rudes. Isso continua a acontecer. E, mesmo reconhecendo o seu sucesso económico, não se fala muito do aspeto cultural. Por exemplo, não se fala de cultura, para além do folclore, da fé e do desporto. Também se fala pouco sobre a profissionalização das novas gerações, que se dá por descontada, vamos dizer assim, mas que não se aborda de forma clara e evidente. No entanto, temos de reconhecer que não só as gerações mais novas, como também muitas das primeiras gerações, aproveitaram a oportunidade para se profissionalizarem.

OEm – O que entendes por "profissionalização"? A melhoria da formação profissional ou o acesso a determinados cargos económicos?

AIB – Neste caso específico, refiro-me aos portugueses de primeira geração que, não tiveram a oportunidade de estudar no seu país e que o fizeram na Venezuela. Alfabetizaram-se e prosseguiram os estudos, tendo alguns obtido até títulos universitários. No entanto, a questão dos títulos foi muito mais relevante entre os filhos dos portugueses. O que quero dizer é que a maioria dos portugueses que chegou à Venezuela sem instrução completou a sua alfabetização no país.

OEm – A pergunta seguinte está ainda relacionada com os estereótipos: relacionas este olhar depreciativo sobre os portugueses com o desenvolvimento do associativismo migrante. De que forma é que o associativismo contribuiu para contrariar os estereótipos associados a ser-se português na Venezuela?

AIB – O associativismo português na Venezuela tem sido bastante peculiar. Centrou-se em determinados aspetos, mais ou menos estabelecidos, de um conjunto de ideias preconcebidas sobre o que significa ser português. Isto porque as primeiras formas de associativismo português herdaram a "Política do Espírito" de António Ferro, a qual atribuía uma grande centralidade ao folclore e à religiosidade, em particular em torno da Virgem de Fátima, mas não só. E, claro, também estava presente a paixão pelo desporto, que atravessa mais do que uma geração e mais do que uma política. Estes aspetos foram dominantes em certa altura no associativismo. Mas, à medida que a comunidade se estabeleceu e enfrentou as transformações socioeconómicas de que falei, foram surgindo outras associações que trabalharam para desconstruir o estereótipo associados aos portugueses. Uma delas, que considero ter sido a mais significativa neste domínio, foi o Instituto Português de Cultura (IPC), criado em 1985 como Comissão Comemorativa do 50.^o Aniversário da Morte de Fernando Pessoa. A partir daí, foi desenvolvida uma série de campanhas dirigidas à comunidade em geral, e não apenas à comunidade portuguesa, com o objetivo de refletir sobre a obra de Fernando Pessoa. Já era um autor conhecido nos círculos intelectuais venezuelanos, onde era muito admirado. Tal deveu-se às traduções que foram sendo feitas, uma delas foi feita no México por Octavio Paz, que circulou nos anos 1960. Outra tradução, anterior, foi feita por Rodolfo Alonso, na Argentina, mas a de Octavio Paz teve maior divulgação. A partir daí, começa uma nova forma de representação que nunca foi dominante, mas começa a surgir outra representação da cultura portuguesa, que coexiste com a representação do estereótipo convencional, o que é muito interessante. Isto deu origem a outras associações. Devo dizer que o Instituto Português da Cultura, não foi o primeiro. Tem o seu antecedente numa associação que denominada "Sociedad de Amigos de la Cultura y las Artes Portuguesas" (SACAP), criada em 1972, com o apoio diplomático do embaixador da época. Foi um período muito bom para o país, era um período de estabilidade. A Venezuela estava a libertar-se da dívida externa e havia muito investimento em cultura no país. Foram fundadas muitas escolas, fundações, museus e bibliotecas, ou seja, os anos 70 foram incríveis em termos de expansão cultural institucional na Venezuela. Nesse ambiente, surgiu a intenção de criar uma instituição como a SACAP. Mas esta associação durou apenas alguns anos até ao final da década. Não conseguiram resolver a questão do orçamento e, sem isso, era difícil prosseguir, mas tentaram e realizaram algumas iniciativas interessantes. Por exemplo, organizaram exposições de artistas portugueses na Venezuela como a pintora madeirense Tina Nunes, que é conhecida na Venezuela como Tina Núñez e que está radicada no país desde os anos 1960.

Após o IPC, surgiram outras associações que procuravam igualmente promover uma imagem mais abrangente dos portugueses, embora com outros recursos. No entanto, estas associações são muito posteriores. Por exemplo, a Associação Navegantes foi fundada em 1999. Podemos falar também da LUNIVEN, que era uma associação de profissionais universitários portugueses e lusodescendentes. Estas duas associações não têm sido tão fortes. Podemos ainda mencionar a ASOLUDEVEN, Asociación de Luso-Descendientes de Venezuela, fundada em 2000, que começou como uma associação de jovens.

Esse trabalho tem vindo a ser realizado não só por associações, mas também por grupos culturais, como grupos de teatro, que têm representado a comunidade portuguesa na Venezuela e além-fronteiras, bem como a própria Venezuela, o que é de destacar.

O desporto tem também tido um papel muito importante, pois, embora não questione o estereótipo, constitui um fator de união e integração entre as comunidades portuguesa e venezuelana. Os portugueses criaram várias equipas de destaque na Venezuela, tendo representado o país em campeonatos internacionais. Um exemplo é a União Ciclista de Portugal, fundada em 1948, que se tornou uma lenda do desporto venezuelano ao representar a Venezuela em competições internacionais. O mesmo se passou no futebol, com o Clube Desportivo Português. Anos mais tarde, na década de 1980, o Clube Marítimo começou também a representar a Venezuela em campeonatos internacionais de futebol. Estes grupos ganharam, em diferentes momentos, torneios em representação do país, tendo sido, portanto, um fator muito positivo para a integração dos portugueses na Venezuela. Os primeiros campeonatos foram ganhos na década de 1950. Imagina o que isso significou para os venezuelanos: uma equipa estimulada pelos portugueses que representou dignamente o país várias vezes. E algumas delas com triunfo. Portanto, o desporto teve um papel muito importante no processo de integração.

OEm – Dizes que não responde à questão do estereótipo, mas os feitos desportivos protagonizados por migrantes portugueses também ajudam a contrariar precisamente o estereótipo mais enraizado, na medida em que transmitem uma imagem diferente daquilo que é ser português.

AIB – Na minha opinião, fez uma leitura positiva do estereótipo, mas não creio que tenha mudado muita coisa. Ou seja, a contribuição dos portugueses para o desporto no país de acolhimento derrubou qualquer opinião negativa ou rejeição que pudesse existir. No entanto, não tenho a certeza de que tenha mudado a ideia de que os portugueses eram pobres, sem formação intelectual e rudes. Afinal de contas, o desporto é também uma atividade recreativa e física. Portanto, não sei se posso afirmar com clareza que contribuiu para mudar isso, mas contribuiu certamente para uma maior abertura para com os portugueses. De qualquer modo, os venezuelanos acolheram bem os estrangeiros em geral, graças às políticas de acolhimento desenvolvi-

das pelo Estado venezuelano. Essas políticas foram fundamentais neste processo de diálogo intercultural. Porém, os triunfos desportivos antecederam as políticas de integração, visto os grupos desportivos terem surgido na década de 1950, antes da democracia ter chegado, não é verdade? Assim, foram os próprios portugueses, através das associações desportivas, que derrubaram possíveis resistências. A partir de 1960, as campanhas do Estado venezuelano também foram muito significativas neste domínio. Essas campanhas incentivavam sempre a tratar bem os portugueses, que trabalhavam tanto.

OEm – Aquilo a que chamas "políticas de acolhimento" é o mesmo que "políticas de integração"? Usas os dois termos como sinónimos ou são coisas diferentes? Estás a falar dos anos 1960, portanto, essas políticas são posteriores à chegada em massa de migrantes europeus. Podes falar um pouco sobre isso? Como se podem caracterizar as políticas de imigração do Estado venezuelano entre as décadas de 1950 e 1970? Outra questão relacionada com isto é a aquisição da nacionalidade venezuelana: era fácil obtê-la?

AIB – As políticas destinadas a facilitar a integração dos estrangeiros foram intensificadas a partir da década de 1960, durante o regime democrático. Consistiam em campanhas de comunicação destinadas a reduzir a resistência que os cidadãos venezuelanos podiam manifestar face à imigração, que era muito numerosa. A imigração era uma política de Estado. O objetivo era que os estrangeiros permanecessem no país e constituíssem família, a fim de aumentar a população. Por um lado, o país precisava de imigrantes para trabalharem em setores estratégicos de desenvolvimento. Uma dessas áreas era a construção, pois o país estava a ser construído: os hospitais e as escolas, tudo começou a ser desenvolvido a partir desse período.

Nos anos 60, existiu uma política de comunicação destinada a facilitar a integração dos imigrantes, em particular dos portugueses. Porquê? Porque muitas pessoas temiam que os estrangeiros lhes roubassem o emprego. Este é um medo comum quando os países começam a receber muitos estrangeiros, que deve ser encarado pelas políticas públicas. Então, o governo venezuelano realizou uma campanha em conjunto com instituições privadas para diminuir essa resistência. De facto, nos anos 1960, a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) apresentou uma reclamação ao Governo para que este controlasse a imigração, pois temiam que houvesse falta de emprego para os venezuelanos. No entanto, pouco tempo depois, foram os próprios membros da CTV que solicitaram ao Governo venezuelano a contratação de mais trabalhadores estrangeiros, porque os existentes eram insuficientes. Assim, a própria CTV, juntamente com o Estado e outras associações, apoiou uma campanha para facilitar a integração dos portugueses e evitar resistências à sua contratação. Isto é particularmente evidente quando consultamos a imprensa no Dia de Portugal. Ao pesquisar o dia 10 de junho na imprensa venezuelana, encon-

tramos anúncios do governo, da CTV, de empresas e de associações de empresários. Estes anúncios, mas também artigos que falam sempre bem dos portugueses, apresentando-os como uma imigração desejável para o país, estão presentes nos anos de 1960, 1961, 1963, 1964, etc.

OEm – Podes explicar qual era o conteúdo dos anúncios relativos ao Dia de Portugal?

AIB – O conteúdo consistia, em primeiro lugar, numa salva de palmas para os portugueses no seu dia, mas reconhecia sempre o seu labor na construção económica da Venezuela, concluindo sempre com o lema seguinte: "No importa donde se nace, lo que importa es donde se lucha", ou seja, não importa onde a pessoa nasce, o que interessa é onde a pessoa luta. É uma constante destes anúncios, pelo que também aqui se verifica uma certa orientação política que poderá refletir o ambiente social-democrata da época.

OEm – Estudos o período entre 1958 e 1999. Gostaria que explicasses um pouco mais claramente por que razão escolheste esse período e como evoluíram as iniciativas de promoção da cultura e da língua portuguesa durante o mesmo?

AIB – Centrei a minha atenção no período entre 1958 e 1999, porque foi nesse período que os portugueses se estabilizaram no país e deram sinais de querer ficar. Aliás, este é o período da democracia na Venezuela, que ficou conhecido como democracia representativa. Não vou entrar agora na discussão sobre os modelos de democracia, mas houve um momento em que o governo posterior a 1999 era referido como democracia participativa, para o distinguir do período anterior. De qualquer modo, foi a partir de 1958 que se iniciou o período democrático. Foi nesse período que os portugueses consolidaram a sua presença no país e alcançaram o sucesso socioeconómico.

Geralmente, quando se estudam os fenómenos de imigração para a Venezuela, dedica-se muita atenção aos anos 1950, por terem sido o período da primeira grande vaga de imigração europeia. Embora houvesse imigração no final da década de 1930 e na década de 1940, foi nos anos 1950 que ocorreu um aumento exponencial. É claro que este fenómeno teve um impacto marcante na história do país, sendo frequentemente recordado. No entanto, nessa altura, qualquer um destes grupos — portugueses, espanhóis e italianos — estava apenas a estabelecer-se no país.

A partir de 1958, consolidaram a sua presença, o que se refletiu na criação de instituições duradouras. Antes disso, já tinham tentado criar instituições semelhantes, mas estas não perduraram. A diplomacia portuguesa, por exemplo, tentou criar uma Casa de Portugal. Tratava-se de uma política do Estado português: existia uma em França, outra em Nova Iorque e outra no Brasil, embora com outro nome, visto os portugueses já terem um clube com esse nome. Na Venezuela, não havia, pelo que tentaram criar uma Casa de Portugal, a qual teve, no entanto, uma existência bastante breve, tendo durado apenas alguns anos.

Os próprios cidadãos portugueses, madeirenses, tentaram criar um clube português antes da queda da ditadura, mas ele durou apenas entre três ou cinco anos, não tendo ido muito além disso. Só com a democracia é que as instituições se tornaram estáveis. A meu ver, esta realidade não tem sido suficientemente abordada em relação aos portugueses. Ou seja, é necessária mais investigação, não só a minha, mas também a de outros investigadores, porque este é um tema que tem de ser mais estudado. Isto, por um lado, e, por outro, este período ficou marcado por um grande crescimento socioeconómico, o que representou uma grande oportunidade para os portugueses divulgarem a sua cultura.

Para se ter um sistema cultural com oportunidades de divulgação e construir uma imagem mais favorável para as comunidades são necessários recursos económicos, bem como estabilidade económica e política. Só se conseguiu isso nestes anos; não foi possível antes. O meu foco é o período de 1958 a 1999, para compreender precisamente como a nossa comunidade se transformou e como o país acompanhou, ou não, essa transformação.

Inicialmente, a minha intenção era estudar o período até à morte de Chávez, em 2013, mas era muito complexo, por um lado, devido à longa duração do período em questão, e, por outro, porque a dinâmica das instituições mudou. A partir da nova constituição, aprovada em 1999, essa dinâmica teve uma incidência na forma como o associativismo se articulou posteriormente. As mudanças ocorridas em Portugal após a integração na União Europeia também trouxeram outras mudanças que ainda consigo estudar no âmbito da investigação, mas que, a partir dos anos 2000, assumem outro teor. Portanto, era necessário concentrar a atenção num período bem definido, cujo início e fim são conhecidos: o início e o fim da democracia representativa.

OEm – Gostaria que nos focássemos agora nas iniciativas relacionadas com a língua e a cultura portuguesas. Já falou um pouco do IPC; poderias refletir de forma mais geral sobre a evolução das diferentes iniciativas neste período (1958-1999)? Num dos teus artigos, referes dezenas de grupos folclóricos, meios de comunicação social, associações e instituições que, ao longo do tempo, contribuíram para a promoção da cultura e da língua portuguesas e para o reforço do vínculo dos descendentes dos migrantes com Portugal. Por um lado, há essas iniciativas privadas e, por outro, há também o papel do Governo português ou do embaixador, como já referiste. Que diferenças existem entre estes diferentes atores sociais?

AIB – Temos de reconhecer que os esforços de divulgação da cultura portuguesa na Venezuela, quer através da “Política do Espírito”, quer com uma visão isenta de estereótipos, partiram da própria comunidade. Foi a própria comunidade que manifestou esta preocupação. Essa preocupação aumentou à medida que os filhos se foram integrando na sociedade venezuelana. Quanto maior a integração, maior a preocupação.

Ao longo desses anos, vários embaixadores manifestaram uma grande solidariedade para com a comunidade portuguesa, tanto antes como depois do 25 de Abril. No entanto, devo dizer que nem sempre as suas petições foram atendidas. Um exemplo disso ocorreu em 1967, ano do penúltimo terramoto na Venezuela. Nesse ano, Caracas fazia 400 anos de fundação e o embaixador de Portugal na Venezuela, à época, pediu, de muitas formas e com uma insistência digna de admiração, o apoio do Governo português para promover atividades em nome da República Portuguesa no âmbito do ano jubilar de Caracas. O Estado venezuelano tinha igualmente solicitado a realização de algum evento, mas o pedido não foi atendido. Pelo menos, nos documentos que tenho consultado, não consta qualquer resposta por parte das autoridades centrais. Este é um exemplo de algo que ficou sem resposta, embora haja outros que foram respondidos. A SACAP, por exemplo, recebeu algum apoio em 1972, ainda durante o regime salazarista, e recebeu também algum apoio económico depois da democracia, embora não suficiente.

A partir dos anos 1970, os grupos de folclore instituídos começaram a multiplicar-se exponencialmente. Não que não existissem antes; temos documentos de imprensa que mencionam que, no Dia de Portugal, iam à Praça Central de Caracas (Plaza Bolívar) para comemorar e levavam grupos de folclore. Também na televisão, em 1962, houve uma exibição de folclore no principal canal venezuelano, que era o canal privado RCTV. Havia grupos, mas a sua criação formal só começou na década de 1970. E porquê? Porque também começaram a ser fundados os clubes. Quer dizer, o primeiro clube surgiu em 1958, depois houve outro em 1965 no interior do país e, a partir de 1972, houve um segundo clube em Caracas. A partir daí, começaram a aparecer clubes por todo o território. Aparecem clubes em Maracaibo, em Valencia e por todo o lado. Nos anos 1970, especialmente depois do petróleo, cada clube quer ter o seu grupo de folclore.

A maioria dos clubes tinha unidades de cultura, com algumas poucas exceções de clubes sociais mais orientados para o desporto. E o que entendiam eles por cultura? A promoção do folclore e das tradições. Por isso, ainda se mantinha um pouco esta coisa da cultura popular, da “Política do espírito”, mas também se foi abrindo campo mais tarde para outras coisas. Houve muita atividade cultural. Por exemplo, fizeram salas para exposições de arte nos anos 1980 e 1990, também continuaram a fazer isso nos anos 2000, mas digamos, o grosso foi antes. O Festival de Folclore e Danças Internacionais da Venezuela foi fundado por portugueses, o que dá uma ideia da importância da nossa comunidade, não só na cultura português, mas na sociedade em geral. Quanto à língua portuguesa, as primeiras escolas surgiram na década de 1960. Há registo de uma primeira pequena escola nos anos 1950, ligada a um meio de comunicação social: um semanário da época. Os meios de comunicação social impressos começaram na década de 50. Um deles, “O Lusitano”, tentou criar uma escola, mas não teve grande sucesso, durou apenas um ou dois anos. Depois, apareceram escolas privadas que lecionavam em português. Naquela altura, não estavam legalizadas pelo Ministério da Educação da Venezuela. Os portugueses não foram os únicos a fazê-lo, os italianos também o fizeram. O que é que elas ensinavam essas escolas

portuguesas? O plano educativo português. No entanto, não eram escolas oficiais, apenas uma delas foi oficializada por decreto do governo de Salazar em 1963, salvo erro. Mas, de tempos a tempos, eram supervisionadas pela diplomacia portuguesa, visto os alunos terem de realizar exames para obterem a equivalência em Portugal. Entretanto, no início dos anos 70, o Governo venezuelano pôs fim às escolas estrangeiras que não cumpriam as normas do Ministério da Educação, bem como à educação integral em língua estrangeira. O mais importante, disseram, era a integração. E o que fizeram? Obrigaram as escolas a adotar o programa educativo venezuelano. Só permitiram a introdução de um horário extraordinário para lecionar em português as disciplinas de língua, história e geografia. Eu estudei neste modelo porque a minha mãe tinha uma escola na Venezuela.

Estas escolas destinadas aos filhos dos portugueses constituíram o primeiro núcleo de divulgação da língua portuguesa. Só anos mais tarde surgiram outras iniciativas, como a oferta de aulas de português por parte de alguns clubes. Os portugueses reivindicaram sempre a criação de uma escola oficial, mas esta nunca se concretizou. Naquela altura, a língua portuguesa não constituía uma opção muito atrativa na Venezuela e muitos portugueses preferiam que os filhos aprendessem inglês, que é uma língua mais comercial. Mas, por vezes, nem sequer se tratava de uma escolha, visto não haver escolas suficientes. De facto, não havia muitas escolas que lecionavam português. A nível nacional, havia mais ou menos uma dezena de escolas, a maior parte em Caracas e apenas duas no interior. Como não havia escolas suficientes para toda a comunidade portuguesa, a maior parte das vezes, as crianças iam simplesmente para a escola mais próxima. Portanto, visto que, naquela altura, a língua portuguesa não tinha impacto comercial na Venezuela, a sua aprendizagem ficou limitada aos que desejavam regressar a Portugal ou aos que, por saudades ou por opção própria, como os meus pais, queriam que os filhos não perdessem a herança portuguesa, mesmo que não pensassem em voltar para Portugal.

O ensino da língua portuguesa atinge um ponto alto a partir de 1994. Porque é nesse ano que surge o Departamento de Português da Universidade Central da Venezuela (UCV). Esta foi uma iniciativa da própria universidade, com o acompanhamento da Embaixada de Portugal. Nessa altura, o adido cultural da embaixada era Daniel Morais, o fundador do Instituto Português de Cultura. Daniel Morais, juntamente com o diretor da escola de idiomas modernos da UCV, realizou todo o trabalho necessário para tornar este departamento uma realidade. Fundaram também a Cátedra Fernando Pessoa, aberta a toda a comunidade universitária, bem como um Centro de Cultura Portuguesa na Universidade, que foi reinaugurado no passado 10 de junho.

Anteriormente, o espaço era muito pequeno e, de certa forma, estava escondido. Agora, foi ampliado e valorizado e encontra-se dentro da Biblioteca da Universidade Central da Venezuela, onde todos podem ir fazer pesquisas numa coleção especializada em cultura portuguesa. Estão

a fazer um trabalho de divulgação importante. Até 1994, o ensino do português esteve basicamente restrito às escolas. Por volta da mesma altura, o Instituto Brasileiro de Cultura abriu o curso de português.

O diretor da escola de idiomas da Venezuela acreditava que tinha chegado o momento de a língua portuguesa ser reconhecida pelo seu valor internacional, comercial e estratégico para a Venezuela, o que contribuiu para a sua difusão. Recentemente, a Venezuela estava a propor a sua adesão a várias associações internacionais latino-americanas, que incluíam o Brasil, bem como a explorar outras oportunidades comerciais com países de língua portuguesa.

Hoje em dia, existe a Associação Venezuelana de Língua Portuguesa (AVELP), fundada pelo professor David Pinho, que coordena estas iniciativas a nível nacional no âmbito do ensino do português. No período político mais recente da Venezuela, foram fundadas outras associações semelhantes, mas até 1994 a situação era muito frágil. Eram sobretudo escolas e alguns clubes portugueses que ocasionalmente ofereciam cursos, mas não de forma sistemática e constante.

OEm – Sabes dizer qual era a população portuguesa na Venezuela em 1958 e em 1999, para se poder compreender melhor o universo de que estamos a falar em termos numéricos?

AIB – Sim, posso dar os números de que me lembro: nos anos 50, havia 10 mil portugueses registados na Venezuela. Em 1970, eram cerca de 100 mil, segundo o recenseamento nacional da Venezuela. Ou seja, em vinte anos, a população portuguesa multiplicou-se exponencialmente. E, em 2003, um relatório diplomático referia que, naquela altura, havia perto de 400 mil portugueses e lusodescendentes nos registos consulares.

OEm – Aproveito para salientar que é necessário ter cautela com os números dos consulados. De facto, estes são os menos fidedignos, uma vez que, na maioria dos casos, não estão atualizados, mantendo-se, por exemplo, inscrições de pessoas que já saíram do país ou faleceram.

AIB – Sim, claro! Gostaria ainda de retomar um assunto que abordámos anteriormente: os grupos culturais. Houve uma política do Governo português que teve um impacto significativo na Venezuela: a política relativa à organização das comunidades portuguesas no exterior. Esta iniciativa ergueu o orgulho dos portugueses na Venezuela e assistiu-se a um reavivamento do espírito português. A ideia de organizar as comunidades portuguesas pelo mundo trouxe um certo vigor, que se refletiu em várias iniciativas, como a construção dos primeiros monumentos relativos a Portugal por parte da própria comunidade. Estes monumentos, erguidos em 1980 por ocasião das comemorações camonianas, foram estimulados pelo conceito de “comunidades portuguesas”, estabelecido após o 25 de Abril. Surgiram vários bustos de Camões: no Centro Português, na Associação Luso-Venezuelana de Desporto e na Casa Portuguesa de Maracaibo. Todas estas instituições foram animadas por este espírito, querendo responder ao chamamento

do Estado português. Outro aspeto importante foi a criação da Região Autónoma da Madeira, que levou à criação de uma comissão na Venezuela para celebrar anualmente a Região. É uma festa muito importante no país, devido à forte presença madeirense.

Estes dois acontecimentos representaram um impulso para a atividade. Portanto, embora a comunidade portuguesa seja a principal protagonista, houve momentos de diplomacia e de política cultural portuguesa no estrangeiro que estimularam a sua atividade.

OEm – Obrigada por este complemento de informação. Falemos agora do teu percurso. Vens de uma família da região de Aveiro que se estabeleceu na Venezuela há várias décadas.

Foste a única filha a nascer no país de destino. Como descreverias a tua relação com Portugal e com a cultura portuguesa durante a infância e a juventude? E como evoluiu ao longo do tempo?

AIB – Sempre me orgulhei das minhas origens e da minha herança portuguesa, porque os meus pais foram sempre muito conscientes em transmitir isso. Tenho de admitir que, quando era criança, recusava-me a falar português. Todas as minhas irmãs e eu sempre tivemos acesso a livros infantis em português. A primeira vez que li a "Cinderela", a "Bela Adormecida" e o "Capuchinho Vermelho" foi em português. Lia em português, não falava fluentemente, mas lia muito bem.

Tive uma educação em português na escola da minha mãe, portanto, sempre tive uma relação próxima com a cultura portuguesa, tanto através do sistema educativo como através do meu pai. O meu pai é músico e, na Venezuela, tocava frequentemente para a comunidade portuguesa. Ouvia sempre música portuguesa, não só nas festas, como também nos ensaios em casa. Portanto, a música portuguesa fez sempre parte do meu meio envolvente. Em casa, comíamos comida portuguesa, por vezes, comíamos comida venezuelana, mas era sobretudo comida portuguesa. Também fomos sócios de alguns clubes durante algum tempo, e esta exposição transmitiu-me um vínculo importante com a cultura e a comunidade portuguesas. Esse vínculo tornou-se mais difícil quando deixámos de ser sócios dos clubes e a minha mãe deixou de ter a escola. Passei a frequentar uma escola venezuelana e o meu círculo de amigos passou a ser maioritariamente venezuelano. O meu pai, porém, manteve a ligação à comunidade portuguesa devido ao seu trabalho como músico e comerciante. Em paralelo com a música, ele teve vários restaurantes, um após o outro. Normalmente, eram restaurantes de comida portuguesa. Nessa altura, eu estive mais exposta à comunidade venezuelana. A partir daí, a cultura portuguesa tornou-se, para mim, uma busca pessoal, a curiosidade que se tornou mais forte e consciente, sobretudo após a descoberta de novos fenómenos musicais em Portugal. Na altura, não tínhamos tanto acesso à atualidade musical portuguesa. Com a chegada da Internet e da televisão por cabo, tivemos finalmente a oportunidade de ter um vínculo com Portugal através da RTP Internacional. A partir dessas possibilidades tecnológicas dos anos 90, comecei a ter uma ligação com a atualidade musical portuguesa, o que fez com que eu comesse a pensar em incorporar isso no meu registo artístico. Devo dizer que duas figuras foram particularmente importantes

para mim naquela altura: Dulce Pontes, que foi um fenómeno para todas as comunidades portuguesas no mundo, e o grupo Madredeus. A partir daí, comecei a ter uma relação diferente com a música portuguesa, porque, até então, não tínhamos acesso a ela. Não era fácil manter-nos atualizados sobre o que se passava em Portugal. Por exemplo, era muito difícil conhecer os Xutos e Pontapés na Venezuela! E os GNR? Só quem conseguia viajar mais ou menos periodicamente para Portugal é que podia trazer essas notícias. Mas não era o caso da minha família. Ou seja, a minha família não podia viajar todos os anos como outras famílias. Fizemos duas viagens: uma em 1985, quando eu era pequena e queria apenas brincar; e outra em 1992, quando fiquei a saber que existiam os Xutos e Pontapés. Mas, antes disso, nem sequer imaginava. Se a isso adicionarmos o facto de, naquela altura, a minha família não frequentar os clubes, então a minha exposição àquela atualidade era ainda menor. Porque na rádio venezuelana, esquece! Apenas os programas portugueses, que giram muito em torno de lugares-comuns como o fado, a Amália, os clássicos de sempre, ou a música pimba. Esta nunca despertou o meu interesse, de facto, até rejeição. Não penso mal dela, não acho que deva deixar de existir, só não gosto, pronto.

OEm – Havia programas de música portuguesa nas rádios venezuelanas?

AIB – Sim, havia programas de portugueses, havia muitos.

OEm – E esses programas radiofónicos eram mais voltados para o fado e pimba?

AIB – Sim, para o folclore e para esse tipo de coisas, pelo menos que eu saiba. No entanto, a maioria dos programas portugueses girava muito em torno do desporto, na verdade. O meu pai, por exemplo, ouvia todos os domingos o programa desportivo do Adelino Oliveira. Todos os domingos, era um momento sagrado em que tínhamos de ouvir o programa. Adelino Oliveira foi um comunicador muito importante, morreu em 2011.

Havia muitas iniciativas comunitárias para fazer programas de rádio para os portugueses, transmitiam sempre essa ideia de "entre nós", ou seja, destinados à comunidade portuguesa. Normalmente, eram espaços de uma hora em estações de rádio pouco conhecidas, muitas das quais na frequência AM. Por exemplo, o programa de Adelino Oliveira tinha muita audiência e a frequência AM tem cobertura nacional. Outros existiram na frequência FM, quando esta existiu na Venezuela, após o ano de 1989. Havia muitos programas, mas estavam dispersos por várias regiões, sempre com um toque de saudade refletida na música folclórica, no fado e na música pimba. Também temos de ter em conta que os portugueses que ouviam esses programas de rádio eram os de primeira geração, que tinham chegado à Venezuela já adultos ou quase, e sentiam a nostalgia das suas primeiras memórias. A situação era diferente para os filhos portugueses que, desde a nascença, tinham à disposição toda a música da Rádio Venezuelana.

OEm – Como evoluiu a tua relação com Portugal e com a cultura portuguesa à medida que foste crescendo?

AIB – Mais tarde, comecei a estudar música. Fiz a minha formação em canto lírico, formei-me como soprano. Não tive acesso a nenhuma informação sobre música académica portuguesa, zero. O programa de estudos das escolas de música não incluía nada de Portugal. Mas tínhamos aulas de música brasileira por causa da América Latina. Então, consegui cantar algumas peças de Heitor Villa-Lobos.

Depois, os meus pais regressaram para Portugal e comecei a ir visitá-los. Nessa altura, existia na Venezuela um regime de câmbio de dólares, o CADIVI, que tornava as viagens relativamente baratas, porque dava acesso a um dólar preferencial. Consegui viajar várias vezes para Portugal e foi um período de descoberta de outras referências musicais.

Através da música, comecei a resolver uma dívida da minha infância: aprender a falar português decentemente. Pensei: não posso continuar sem falar português porque quero cantar neste idioma. Então, através da música, comecei a tentar melhorar o meu sotaque e a construção gramatical. Ainda tenho algumas falhas, mas a mudança foi significativa. Há uma enorme diferença na pronúncia entre o meu primeiro e o meu último disco. O meu ouvido musical ajudou-me, mas ainda há pequenos detalhes que não domino totalmente, porque, para os falantes de espanhol, todas as vogais são abertas. Para mim, por exemplo, distinguir um "à" de um "a" é muito complicado. É mais fácil quando estou a ler, porque consigo ver se tem ou não acento, mas quando se trata de falar, é muito difícil. É importante salientar que foi, portanto, através da música que melhorei o meu português. Na minha opinião, uma coisa que o Estado português e as instituições responsáveis pela divulgação da cultura portuguesa deveriam fazer era promover a música. Se é verdade que existe o desejo de aumentar o número de pessoas que falam português no mundo, então o fenómeno musical tem de ser ainda mais promovido. A música portuguesa foi o caminho que despertou a vontade de aprender português em muitas pessoas. Não sou um caso isolado, conheço várias pessoas que decidiram aprender português para desfrutar da música portuguesa e da literatura. Para mim, isto significa que as instituições que promovem a língua portuguesa também têm de considerar outras formas de expressão como a música. Sei que a literatura é tida em conta, mas a música não tanto. Poderia ser mais apoiada. No fundo, a música é literatura cantada. E os cantores venezuelanos que fazem música portuguesa deveriam ser mais apoiados. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Centro Português de Caracas que financiou o meu curso de atualização de português antes de eu vir para Portugal. É deste tipo de apoio que precisamos.

OEm – Que tipo de curso era?

AIB – Neste caso, a AVELP é a responsável pela organização de cursos de português no Centro Português de Caracas. É necessário pagar os professores, visto não receberem qualquer apoio

público. O Centro Português e o seu diretor de cultura na altura, Alberto Viveiros, decidiram apoiar-me em virtude do meu trabalho artístico, do qual gostavam muito, para que eu mantivesse o estímulo de continuar a divulgar a língua portuguesa. Concederam-me uma bolsa e frequentei o curso durante um ano.

OEm – Estavas a dizer que começaste a vir mais vezes a Portugal quando os teus pais regressaram a Portugal. Em que ano foi?

AIB – 2006.

OEm – Portanto, nos últimos 20 anos, estreitaste a tua relação com Portugal através dessas viagens frequentes. Em que momento da tua vida sentiste a necessidade de estudar a diáspora portuguesa na Venezuela? A tua experiência profissional situava-se sobretudo no domínio das artes e da música. Agora, estás a concluir um doutoramento em História, como se deu esta transição?

AIB – Foi precisamente quando vim para Portugal, num contexto em que, pela primeira vez na sua história, a Venezuela encontra-se perante uma diáspora de dimensões monumentais: já somos mais de oito milhões de venezuelanos no mundo. Estava em Portugal quando surgiu a oportunidade de ingressar no doutoramento em História. Pensei que tinha de realizar este estudo antes que a história da comunidade portuguesa fosse esquecida, pois há uma variável a considerar: não são apenas os venezuelanos que emigram, mas também muitos portugueses e descendentes de portugueses que vivem na Venezuela. As instituições portuguesas estão a ser muito afetadas pela perda das suas pessoas. Pensemos, por exemplo, no caso do Instituto Português de Cultura: a maioria dos elementos da sua direção já saiu do país. Continuam a apoiar os que ficaram e que são minoria. Continuam a realizar o seu trabalho remotamente, mas já não estão presentes. Isto tem um impacto na instituição. Acontece o mesmo com os grupos folclóricos. Muitos grupos folclóricos já desapareceram. Outros mantêm-se, mas com pouca gente e um grande esforço. O mesmo se passa com outro tipo de associações, que se dedicam aos aspetos culturais ou desportivos. O que vemos agora? Vemos que as associações de beneficência se multiplicam na Venezuela.

Com o terramoto do 24 de junho de 2026, esse número vai aumentar, mas já antes deste tinham começado a aumentar as associações de beneficência, como a Academia do Bacalhau e a Academia da Espetada, bem como a Sociedade de Beneficência de Damas Portuguesas, que tem vindo a multiplicar os seus núcleos. Há também os grupos de assistência aos idosos na Venezuela, que têm vindo a aumentar nos últimos anos, porque muitos estão sozinhos. Qual é a instituição venezuelana que os pode receber? A situação na Venezuela é dramática. A atividade regular das instituições está também a ser afetada pela migração dos seus elementos. Em contrapartida, multiplicam-se as associações de beneficência.

O que me preocupa é que a nossa história e o impacto cultural da comunidade portuguesa na Venezuela sejam apagados antes de termos a oportunidade de deixar algum registo do que temos feito. É evidente que a comunidade portuguesa na Venezuela não vai desaparecer, mas está a atravessar uma grande crise neste momento, crise essa que é nacional e afeta a comunidade, e não uma crise interna da comunidade.

O que poderá isto representar em termos de perdas, por exemplo, de documentos testemunhais sobre a história da comunidade no país? Se os clubes com bibliotecas já enfrentam o problema de não terem profissionais, o que poderá acontecer à nossa memória coletiva se esses espaços ficarem comprometidos? E que destino terão as revistas dos portugueses? Porque nas revistas está a memória da nossa comunidade. E agora, com o terramoto, imagina... Tenho contacto com uma pessoa da Hemeroteca Nacional da Venezuela que me tem ajudado imenso com a minha tese. Ele contou que a Biblioteca Nacional da Venezuela sofreu imensos danos. É lá que se encontra parte da memória das nossas revistas da nossa comunidade. O que vai acontecer a isso? Não sabemos em que estado ficaram esses materiais. Nunca imaginei que fosse acontecer um terremoto, mas independentemente disso, a atual situação institucional crítica da Venezuela põe em causa a perpetuação da nossa memória enquanto comunidade. Neste contexto de grande emigração da Venezuela, é muito importante fazer esta pesquisa.

Por outro lado, este trabalho é também uma explicação do sentido da minha vida e da vida da minha família: entender a dor que os meus pais sofreram com a emigração, a minha mãe a chorar por Portugal e o meu pai a querer voltar para a sua terra; mas compreender também a forma como eles amaram tanto a Venezuela e como as filhas, mesmo aquelas que nasceram em Portugal e foram para a Venezuela muito pequenas, têm amado a Venezuela e amam Portugal. É um processo complexo que também precisa ser explicado. Embora não aborde este assunto na tese, não posso deixar de reconhecer que, enquanto filha de portugueses, tem também algo a ver comigo e com a minha família. O meu avô, que também era músico, compôs várias músicas dedicadas à Venezuela quando regressou a Portugal. Como não falar deste processo de interculturalidade? Não sei como é noutros países, mas, em cada etapa da minha pesquisa, tenho verificado a profunda ligação dos portugueses à Venezuela, mesmo daqueles que regressaram em boa altura, como os meus avós. Eles regressaram porque já tinham alcançado o seu objetivo e queriam regressar. Fizeram as suas poupanças e voltaram para Portugal, no entanto, não conseguiram esquecer a Venezuela. Voltavam de tempos a tempos para passar férias. Não conseguiam apagar o fogo no seu coração. Tal como os que lá ficaram definitivamente, não conseguem apagar o fogo de Portugal no seu coração. É uma relação simbólica muito complexa que nos atravessa. Não quero que a história da comunidade nem o trabalho de pessoas como o Daniel Morais e o Sérgio Alves Moreira caiam no esquecimento. Embora este último não fosse muito apreciado por causa das suas convicções políticas, visto ser comunista, e a comunidade portuguesa sempre rejeitou bastante essas ideias. No entanto, fez coisas notáveis e também era

poeta. Há também o João da Costa Lopes, que foi correspondente de imprensa e escrevia sobre a cultura na Venezuela e em Portugal. Eles, e não só eles, contribuíram imenso para a promoção da cultura portuguesa e dar a conhecer a literatura e a música. Lutaram tanto por isso. E, ao mesmo tempo, lutaram tanto para dignificar a Venezuela. Este trabalho de memória tem de ser feito. Não se sabe quem são os artistas portugueses que fizeram obra na Venezuela, nem aqueles que até marcaram a identidade gráfica das instituições venezuelanas. Isso não é do conhecimento geral. Só é conhecido no círculo dos seus amigos. Pouco se sabe sobre os escritores imigrantes que se dedicaram à escrita ou sobre os músicos que dinamizaram os circuitos musicais. Por exemplo, o espaço mais importante do jazz na Venezuela é gerido por uma família portuguesa. Poucos sabem disto. Não foram eles que criaram o espaço, mas foram os responsáveis por torná-lo viável e mantê-lo durante décadas. Ainda hoje existe e por lá passaram as grandes figuras do jazz da Venezuela e também alguns artistas internacionais. Tudo isto tem de ser trazido à conversa, tem de ser falado e tem de ser melhor conhecido. E, sobretudo, a nossa comunidade deve ser reconhecida como um espaço cultural. Não basta dizer que os portugueses gostam de futebol, da Virgem de Fátima e que gostamos deles porque fazem o nosso pão. Não, temos de ir mais além. Tudo isso é verdade. Não vou dizer que não, mas é muito genérico. Precisamos de personalizar o debate, ou seja, falar de pessoas, de processos e de comunidades, dar-lhes um rosto humano e não nos limitarmos a fazer afirmações gerais.

OEm – É muito interessante. Aliás, há várias pontes entre o teu trabalho e aquilo que eu própria vivi e estudei noutro contexto. É fascinante observar os processos semelhantes ocorrerem com uma temporalidade ligeiramente diferente e numa geografia totalmente distinta. Por exemplo, a questão dos estereótipos que tu salientaste repete-se. A emigração para a Suíça é mais tardia e, portanto, neste processo de afirmação da comunidade, estamos muito para trás. No entanto, o que contas permite estabelecer comparações muito interessantes. Quanto à tua motivação, identifico-me com ela e creio que muitas pessoas acabam por abraçar um tema pessoal no momento do doutoramento, algo que as ajuda a compreender e até a curar algumas partes daquilo que viveram. Foi também o meu caso: quis prestar homenagem à minha família e ao seu percurso migratório, e também contribuir para o reconhecimento dos migrantes mais velhos. Tal como disseste, para mim também era importante dar um rosto humano aos fluxos migratórios e aos respetivos processos, que, embora não sejam muito antigos, já não são contemporâneos, sendo sempre abordados de forma genérica.

AIB – Exatamente.

OEm – Muitas das coisas que dizes fazem eco em mim. Acho as semelhanças entre os nossos terrenos de pesquisa verdadeiramente interessantes. Proponho que terminemos a entrevista com um par de perguntas sobre a tua produção musical, para que os nossos leitores fiquem a conhecer melhor esta faceta tua. Gravaste vários álbuns de música em espanhol e português, nos quais musicaste letras de Pessoa e Camões, bem como músicas de outros compositores, como Zeca Afonso. A primeira pergunta é a seguinte: como caracterizarias a tua abordagem artística? Insere-se ela naquilo a que, num dos teus textos, chamas "vontade expressa de interculturalidade"? Há, aliás, uma música que interpretas que tem o conceito de "lusovenezolanidad". Insere-se aí?

AIB – Na Venezuela, nós, filhos de portugueses, falamos sempre de lusovenezolanidad. Dizemos que somos lusovenezolanos. É uma espécie de intersecção. Há um investigador argentino, Alejandro Grimson, que não gosta nem da palavra "cultura" nem da palavra "identidade", porque, segundo ele, a palavra "cultura" está muito associada à ideia de repertórios fixos. Ou seja, temos a cultura como processo e, evidentemente, a antropologia e a sociologia já discutiram muito estas ideias. No entanto, muitas pessoas continuam a falar de cultura no sentido de repertório, especialmente as autoridades políticas que, no fundo, nem sempre compreendem as questões relacionadas com a cultura. O autor prefere falar de "configurações culturais" e afirma que os povos têm configurações culturais que se podem perfeitamente entrecruzar-se umas com outras. Penso que na Venezuela existe uma configuração cultural, a lusovenezualidad, que se manifesta pelo menos nos filhos dos portugueses. Já não sei quanto aos netos, mas os filhos dos portugueses têm, sem qualquer dúvida, esta condição de uma configuração cultural aberta. Não posso negar a minha identidade venezuelana. Vivi na Venezuela toda a vida e não posso negar isso. Porém, também não posso ignorar a influência da herança portuguesa na minha forma de ver o mundo, que é diferente da dos meus amigos venezuelanos. Eu notava essas diferenças. Não se tratava de nada conflituoso, mas sim de diferenças na forma de ver as coisas.

Eu queria refletir sobre esta condição na minha expressão artística. Não foi uma decisão tomada de um dia para o outro, mas sim um processo de exploração. Quando decidi gravar um disco, gravei várias coisas para explorar o que podia fazer. Em seguida, estudei o que tinha sido gravado. Eram o que em espanhol se chama una "maqueta", uma demo para estudar, para me ouvir e ver melhor como orientar as coisas. Fiz isso com coisas portuguesas e venezuelanas. Compreendi o quão difícil seria rejeitar alguma delas. Não podia deixar de abraçar as duas culturas de alguma forma. Por isso, decidi propositadamente não fazer fado na forma tradicional. Na Venezuela, chamam-me fadista porque no meu repertório incluo fados. Em Portugal, isso pode soar a exagero, não sei, mas não vou entrar nessa discussão. O que é certo é que a minha música não pretende ser um fado tradicional. O que faço é uma mistura da expressão musical portuguesa que conheço, nomeadamente o fado e o folclore, com a música venezuelana, mas também com a música das Caraíbas, nomeadamente o son cubano, que teve tanto impacto na Venezuela.

Acho que fazer de forma intencional é mais honesto do que querer aparecer como uma fadista tradicional, quando não cresci num ambiente de fado tradicional. O fado era apenas mais uma entre muitas coisas que eu ouvia. O meu pai tocava música portuguesa durante uma hora nas festas da comunidade, mas o resto da festa era preenchido com merengue, salsa, pop e rock and roll. Eram músicas para dançar. De modo que cresci num ambiente musical variado, em que tudo isso tinha um lugar. O meu pai era um grande amante de música venezuelana, e o meu avô também. Eles uma coleção de discos de música venezuelana e, em casa, eu tinha mais discos desse género do que de música portuguesa. Eles ficavam fascinados com aqueles sons, que para eles eram novos, então compravam esses discos, especialmente o meu pai. Cresci neste ambiente, por isso, não posso vir aqui e pretender ser uma fadista cabal. Mas também não posso deixar de cantar fado, porque faz parte de mim.

De qualquer forma, quando comecei a gravar na Venezuela, não havia, à minha volta, pessoas que tocassem guitarra portuguesa. Havia um senhor em Maracay chamado Fernando Pires e um outro em Caracas chamado Evaristo Vieira, mas este tinha o seu próprio grupo de fado tradicional e eu queria ser solista; no entanto, cheguei a cantar com ele algumas vezes. Para além deles, não havia mais ninguém. Então, perguntei-me: "O que hei de fazer?" Não posso gravar um álbum de fados sem guitarra portuguesa no sentido tradicional. O meu primeiro álbum, "Entre dos Orillas", que significa "Entre duas margens", faz referência a esse processo. Assim, um vals venezuelano foi transformado numa canção portuguesa e alguns fados foram transformados ritmicamente. Outros foram acompanhados por instrumentos como o bandoneón e a percussão. E continuámos a fazer isso no disco seguinte, "Em Pessoa", e que tem um pouco da linguagem do jazz. O disco seguinte foi "A Solas", um álbum de canções ibero-americanas que têm sido importantes para mim. Incluí dois fados, "Entrega" e "Asas Fechadas", este último de Amália Rodrigues. Fiz uma versão porque sempre gostei desta música. O álbum incluí outras músicas espanholas e latino-americanas. Fizemos um tango e uma música de Joan Manuel Serrat muito conhecida, "Aquellas pequeñas cosas". Também fizemos vários boleros e uma balada de Juan Luis Guerra chamada "Cuando te beso". Tudo isto num estilo próprio, apenas com voz e piano, com um grande pianista cubano, José "Pepesito" Valdés, que já faleceu.

Depois, vieram mais dois discos, um dos quais dedicado à Virgem de Fátima, por ocasião do centenário das aparições. A seguir, a pedido do João da Costa Lopes, que era então presidente do Instituto Português de Cultura, fizemos o disco "Tributo a Luís de Camões".

Também realizei outros trabalhos. Fiz um single intitulado "O que é o amor?", que venceu a nona edição do Prémio Ibermúsicas de Criação de Canções, em representação de Portugal. A letra é minha e a música é de um venezuelano. Atuei como representante de Portugal e ele representou a Venezuela e ganhámos o prémio pelos dois países.

Tenho também vários trabalhos em colaboração com artistas portugueses: "Caramba", uma música venezuelana com a fadista Cláudia Picado e José Manuel Duarte na guitarra portuguesa.

Também fiz uma música venezuelana intitulada "Tras los hilos del agua" de Henry Martínez, com a participação do guitarrista Ricardo Parreira.

Agora, estou a preparar um novo lançamento; falta-me apenas gravar uma música para terminar o álbum. A maior parte das músicas deste disco foram gravadas durante a pandemia de COVID-19 e publicadas nas redes sociais. Decidi reunir essas músicas e criar um álbum com outros temas que temos vindo a gravar recentemente. É um álbum de música venezuelana e portuguesa.

OEm – Vives em Portugal há cerca de oito anos, onde tens continuado o teu percurso musical. Como tem sido acolhida a tua música deste lado do Atlântico? Como é que o público te vê: como uma artista de fusão, como uma artista portuguesa de origem venezuelana ou como uma venezuelana a viver em Portugal?

AIB – A minha situação como artista em Portugal tem sido difícil, porque as pessoas não sabem como me classificar. O que posso dizer é que os concertos são sempre bons. O público fica sempre muito contente, mesmo muito. As dificuldades têm, por vezes, a ver com os programadores, que não sabem como classificar o meu trabalho porque não me conseguem ver como portuguesa. Por exemplo, no que diz respeito ao fado, que aqui em Portugal sim, tenho feito fado tradicional, a questão da minha origem venezuelana tem sido sempre uma dificuldade. Tive muito mais acolhimento quando vinha de visita a Portugal. Tenho de dizer que os meios de comunicação me têm acolhido muito bem. Já fui entrevistada várias vezes, o que agradeço muito. Geralmente, em espaços dedicados às comunidades portuguesas no estrangeiro. Isso é bom, mas, por outro lado, é um limite. Ultrapassar esse limite é o desafio com que me deparo e que tenho de conseguir superar. Mas devo reconhecer que, nos últimos três anos, tendo concentrado a minha atenção e os meus maiores esforços ao doutoramento, tenho-me dedicado mais à investigação do que ao trabalho artístico. O doutoramento tem tido as suas implicações, reconheço isso. Não se trata apenas dos outros, nós nem sempre estamos no melhor momento para fazer determinadas coisas. O meu desafio é conseguir ultrapassar em Portugal a categoria de "comunidades portuguesas no estrangeiro", porque eu estou cá, não estou no estrangeiro, não é? Já não faço parte de uma comunidade portuguesa no estrangeiro, mas sim da comunidade local nacional.

OEm – Como gostarias que os outros te considerassem?

AIB – Gostava que me vissem como lusovenezuelana, pois é isso que sou. E penso que isso não se esgota no dia das comunidades portuguesas, mas sim que cabe em muitos mais lugares, vai muito além disso. É parte da minha história, da minha vida; não posso negá-lo. As pessoas dizem: "Mas tu vens da Venezuela e tens o teu próprio estilo". E tenho! Mas acaso no fado não se diz que o artista tem de ter o seu estilo pessoal? Isso não deveria ser visto como algo negativo. Devia ser algo reconhecido como uma possibilidade entre muitas. É um som diferente. E eu

gosto de ouvir sons diferentes. Lembro-me de, numa ocasião, ter ouvido na rádio venezuelana, num programa dedicado ao fado, uma fadista de Goa. Lamentavelmente, não apanhei o nome da fadista, mas posso dizer que tem uma das vozes mais espetaculares que já ouvi. A Diana Krall também canta bossa nova e ninguém tem problemas com isso. Para mim, não há limites. No canto lírico, nem todos os cantores são italianos, por amor de Deus! Mas compreendo, porque as músicas populares têm o peso da tradição e isso acontece em todas as partes do mundo. Em Caracas, havia um português que tinha um restaurante numa avenida muito popular, a Avenida Baralt – esta história foi-me contada por um artista venezuelano, o Aquiles Báez – ele ia a este restaurante, que só servia comida venezuelana e onde se ouvia música venezuelana, em particular música de uma região a que chamamos Los Llanos, ou seja, as planícies, a música llanera. Ele contou que o cantor era português e que cantava música venezuelana com sotaque português. Nunca ouvi esse senhor, mas já ouvi outros portugueses a fazerem o mesmo e, na minha opinião, é legítimo. Também ouvimos o Nat King Cole a cantar num espanhol muito mau, ele gravou uma música venezuelana chamada "Ansiedad", com um sotaque norte-americano muito particular, mas comprámos o seu disco na mesma e foi um sucesso na Venezuela. Nós não tínhamos problemas com isso. Na Venezuela, gostávamos que os estrangeiros cantassem a nossa música. Mas posso compreender, especialmente no que diz respeito a coisas com valor patrimonial, como o fado, que foi declarado Património Cultural Imaterial da Humanidade, que haja receio de que a tradição se perca ou se deforme. A verdade é que o fado é fruto de uma transformação, ele não nasceu assim. A forma como cantamos o fado hoje em dia tem uma influência total da Amália Rodrigues, isso está estudado. Antes da Amália Rodrigues, o fado não era cantado como se canta atualmente. Tudo isto é fruto de uma transformação que ocorreu numa altura em que apareceram o cinema e os meios de comunicação social massivos.

OEm – O que ouço quando falas é que, após o desafio do reconhecimento da diversidade das expressões da cultura portuguesa na Venezuela, enfrentas o desafio do reconhecimento da diversidade da cultura portuguesa em Portugal.

AIB – Exatamente. Tive um desafio na Venezuela e superá-lo foi um pouco mais fácil. Mas sejamos objetivos: na Venezuela, conheço toda a gente e as pessoas me conhecem, porque não comecei a cantar quando gravei o meu primeiro disco. Comecei a cantar quando era criança. Quando comecei a cantar profissionalmente na Venezuela, já tinha um nome, já tinha ganho concursos de canto e já tinha feito outras coisas. Aqui, sou nova. Tenho que fazer um nome em Portugal. Não posso comparar o que vivi na Venezuela com o que estou a viver em Portugal, porque aqui sou uma pessoa que está a integrar-se e a aprender a enfrentar estes desafios. Tenho tido uma boa receção, já fiz vários concertos em Portugal, cantei em várias partes do país e também já fui convidada para cantar em Espanha por duas vezes. No entanto, sinto que ainda tenho de ultrapassar a ideia de ser vista apenas como parte da diáspora portuguesa. Sou luso-

venezuelana, sim, mas quero que sintam que sou parte integrante desta sociedade. Isso é que me parece importante.

OEm – Acho que esta é uma boa forma de terminarmos a nossa entrevista. Agradeço imenso a tua disponibilidade e a partilha da tua experiência.

AIB – Muito obrigada.

[Entrevista realizada via Teams, a 2 de julho de 2026, revista para publicação em setembro de 2026.]



Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Iscte, o Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia, da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Série	OEm Conversations With, 40
Título	Reconhecer as comunidades portuguesas como espaços de cultura: entrevista com Andrea Imaginario Bingre
Autor	Liliana Azevedo
Editor	Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa
Data	Outubro de 2026
ISSN	2183-4385
DOI	10.15847/CIESOEMCW402026
URI	

Como citar	Azevedo, Liliana (2026), "Reconhecer as comunidades portuguesas como espaços de cultura: entrevista com Andrea Imaginario Bingre", <i>OEm Conversations With</i> , 40, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMCW402026
------------	---

www.observatorioemigracao.pt

cies _ iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

